

Barragem Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem de Brumadinho em MG. O acidente foi um dos maiores desastres ambientais do país causando a morte de 272 pessoas. Em 2020 o Brasil ainda sente os reflexos desse acidente nas ações judiciais e nos processos relacionados a reparação de danos socioambientais.

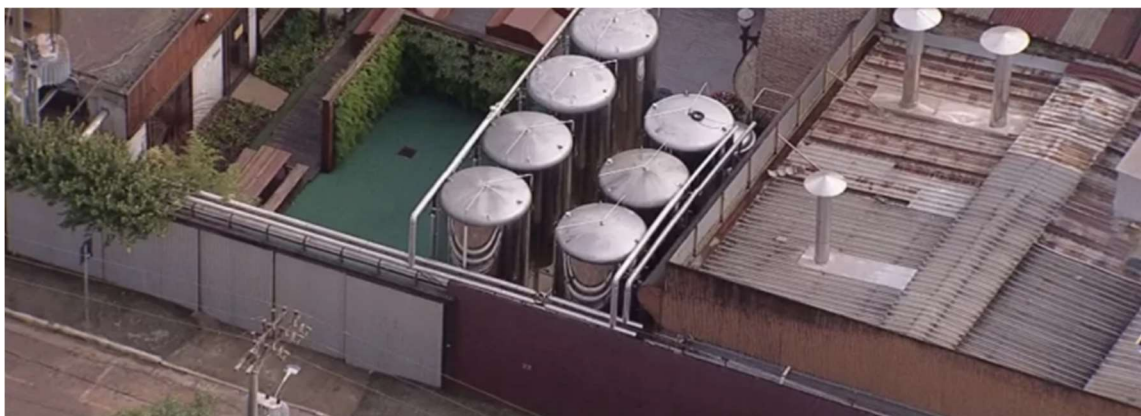


Cervejaria Backer

16/01/2020

A Justiça Federal acatou parcialmente o pedido de defesa da Cervejaria Backer sobre a interdição da fábrica da empresa, na qual 21 consumidores foram vítimas de intoxicação por dietilenoglicol, ocasionando 04 mortes.

O inquérito final do Ministério da Agricultura mostrou que a cervejaria Backer, em Minas Gerais, produzia bebidas contaminadas desde janeiro de 2019. Durante a perícia, a polícia constatou que houve vazamento de dietilenoglicol em um dos tanques por onde as cervejas passaram, o que possibilitou o contato com os produtos químicos e levou à contaminação dos lotes. O inquérito policial foi concluído em junho e apontou que 29 pessoas foram intoxicadas pela substância dietilenoglicol, sendo 10 mortes ocasionados pela contaminação.



Inauguração sede definitiva de Varginha

No dia 18 de fevereiro, a Subseção Judiciária de Varginha passou a contar com uma sede definitiva. A solenidade de inauguração contou com a presença das seguintes autoridades que compuseram a mesa de honra da cerimônia: o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Carlos Moreira Alves; o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal André Prado de Vasconcelos; o diretor da Subseção Judiciária de Varginha, juiz federal Mauro Rezende de Azevedo, e os juízes federais Sérgio Santos Melo e Luiz Antônio Ribeiro da Cruz, respectivamente, titular e substituto da 1ª Vara Federal da Subseccional.



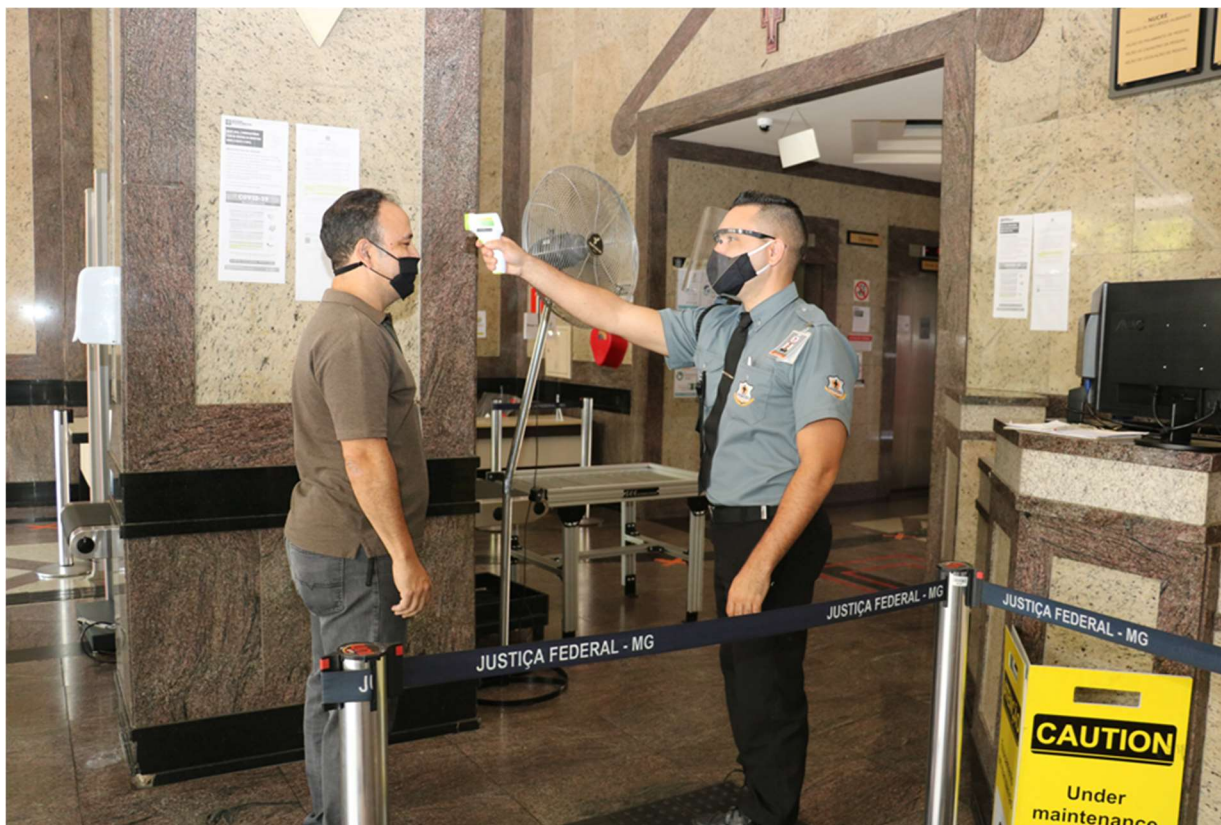
Inauguração definitiva subseção Judiciária de Ipatinga

Dia 20 de fevereiro, o ato solene marcou a instalação definitiva da Subseção Judiciária de Ipatinga, em Minas Gerais. A cerimônia aconteceu na Subseccional, com a participação do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Carlos Moreira Alves; do diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal André Prado de Vasconcelos, e do diretor da Subseção Judiciária de Ipatinga, juiz federal Marcos Vinícius Lipiensi, entre outras autoridades.



Pandemia Covid-19

Pandemia de Covid-19 declarada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) - No Brasil, os pedidos de isolamento começam a ser intensificados e Justiça Federal precisa se adaptar para garantir a continuidade dos serviços de forma remota. Ações são tomadas com o objetivo de garantir a proteção de direitos essenciais a crise sanitária, como direito a saúde, auxílio emergencial, condições de trabalhos aos profissionais da saúde.



Julgamentos Virtuais:

02/04/2020

O uso da tecnologia para realização de sessões de julgamentos foi a alternativa da qual o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) lançou mão para dar continuidade à prestação jurisdicional durante o regime de Plantão Extraordinário e trabalho remoto estabelecidos pelo órgão como uma das medidas de combate à pandemia da Covid-19.

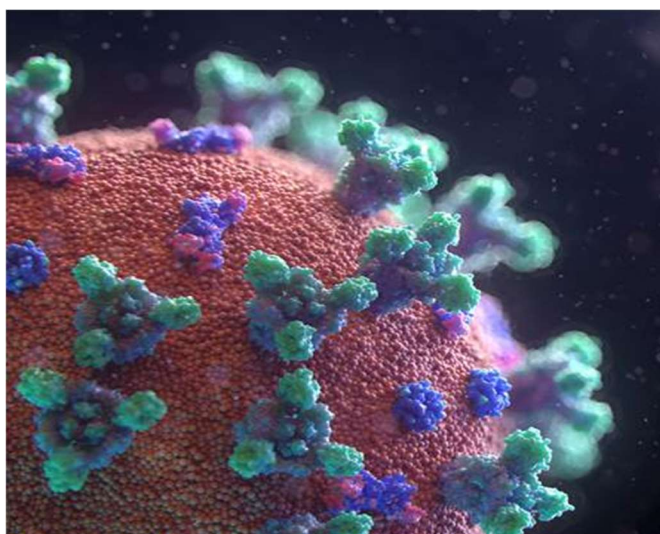
“Com as medidas de controle e redução da disseminação do coronavírus, tivemos que parar as sessões presenciais; mas nós tínhamos várias sessões já programadas, com pautas publicadas, e precisávamos de uma solução pra salvar esses processos e todo o trabalho que representa para os gabinetes e a coordenadoria da turma de preparação dessas sessões”, esclareceu o desembargador federal Marcos Augusto de Sousa sobre os motivos que levaram o Tribunal a adotar esse formato de julgamento, “mantendo, contudo, a mesma sistemática de uma sessão presencial”.



Justiça Federal em Minas Geras destina mais de 200 mil para o enfrentamento da Covid-19.

14/04/2020

A Justiça Federal em Minas Gerais destinou aproximadamente R\$ 203 mil provenientes dos recursos de prestação pecuniárias para aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate do coronavírus, causador da Covid-19.



Dia da memória do Poder Judiciário

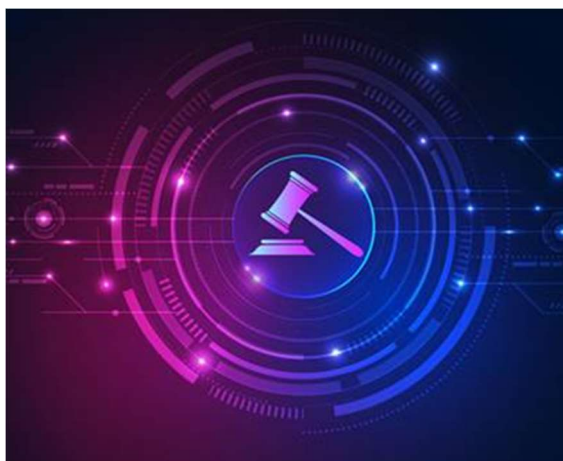
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em sessão plenária realizada no dia 14 de abril de 2020, a instituição do Dia da Memória do Poder Judiciário, a ser celebrado em 10 de maio. A data foi escolhida para homenagear e preservar a memória, o acervo documental dos tribunais e o legado das personalidades que marcaram a história da Justiça brasileira. A nova data do calendário da Justiça vai celebrar o patrimônio cultural construído desde o Brasil Colônia para as gerações presentes e futuras. O dia escolhido é o mesmo da criação, em 1808, da Casa da Suplicação do Brasil, primeira instituição superior criada no Judiciário brasileiro.



Tribunal julga processos físicos pela primeira vez em ambiente virtual

22/04/2020

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), sob a Presidência do desembargador federal Ney Bello, realizou nesta quarta-feira, dia 22 de abril, sessão virtual em que pela primeira vez o TRF1 julgou não apenas processos no PJe, mas também processos que tramitam em autos físicos. As sustentações orais ocorreram em ambiente virtual, e os votos de relator e revisor foram disponibilizados eletronicamente.



Diretores do foro das 14 Seções Judiciárias da 1ª Região tomam posse em ato presencial com suporte de vídeo

01/06/2020

Ressaltando a importância do trabalho em equipe para promover o bem-estar aos cidadãos, o desembargador federal convidou os empossados a “juntos, nesta nova jornada, envidarmos todos os nossos esforços em prol do jurisdicionado, que é o mais importante”.

Os diretores e vice-diretores do foro que conduzirão, pelos próximos dois anos, as 14 Seções Judiciárias que compõem a Justiça Federal da 1ª Região tomaram posse.



Serviço de Atermação On-line dos JEFs: a Justiça Federal cada vez mais próxima do cidadão

07/07/2020

Em meio às transformações que o mundo tem enfrentado com a pandemia da Covid-19, a Justiça Federal da 1ª Região aposta em iniciativas que a aproxime cada vez mais do jurisdicionado e, principalmente, que facilite a vida do cidadão para o acesso à busca de seus direitos.

A criação do Serviço de Atermação *On-line* dos Juizados Especiais Federais (JEF) da 1ª Região é um exemplo disso. Instituído em junho de 2020, o serviço é uma adaptação da atermação presencial, possibilitando que qualquer pessoa, sem advogado, ingresse com processos nos JEFs de forma completamente virtual, sem a necessidade de deslocamento.



CNJ e ONU instituem o Selo Agenda 2030 no Poder Judiciário brasileiro

13/08/2020

Compromisso assumido por líderes de 193 países, incluindo o Brasil, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 nos Poderes Judiciários é coordenado pelas Nações Unidas, por meio do PNUD. São 17 ODS com 169 metas e 231 indicadores a serem atingidos até o ano de 2030, relacionados à efetivação dos direitos humanos e à promoção do desenvolvimento que incorporam e dão continuidade aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos na Rio +20.



Aprovação do projeto Implantação TRF6 pela câmara dos deputados.

Em 26/08/2020 Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 9.191/2019 que autoriza a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), com sede em Minas Gerais. Sem previsão de aumento de custos e com o aproveitamento de recursos físicos e humanos já existentes na Justiça

Federal mineira, o novo tribunal será criado a partir do desmembramento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), atualmente responsável por atender 80% do território nacional e com acervo processual equivalente a um terço do total de processos da Justiça Federal no Brasil.



Inauguração do JEF Virtual de Águas Formosas

09/11/2020

A diretora do Foro, Vânia Moraes, enfatizou que a inauguração do Juizado Especial Federal virtual em Águas Formosas é um momento histórico para a Justiça Federal, que teve origem num projeto visionário. Ela lembrou que antes mesmo do advento da pandemia e do Projeto do STF “Justiça 4.0” a iniciativa já estava sendo gestada pelos juízes federais da Subseção de Teófilo Otoni e pela OAB, tendo sido objeto de um dos primeiros pedidos de análise pela atual Diretoria do Foro. “Percebi a grandiosidade do projeto, que prevê a acessibilidade digital, e dei todo o apoio”, afirmou a magistrada.



TRF 1ª Região libera acesso aos principais sistemas Informatizados

30/11/2020

Dando sequência à liberação gradual dos sistemas, nesta segunda-feira, 30 de novembro, foram liberados o Portal da Justiça Federal, o Sistema PJe de Primeiro e Segundo Graus, o Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos SEI, a Consulta Processual e o Sistema de Requisições de Pagamentos Judiciais utilizados pelos Tribunais de Justiça em relação à competência delegada, além de outros sistemas de uso interno.



Inauguração do Centro de Memória Renato Martins Prates

No dia 5 de dezembro de 2020, foi inaugurado o Centro de Memória Renato Martins Prates da Justiça Federal de Minas Gerais. A primeira exposição de longa duração recebeu o nome de “Justiça Federal em Minas – histórias e Personagens”. O evento foi realizado em formato misto – parte presencial, restrito por motivo de segurança sanitária e, parte Virtual, por meio da plataforma Teams. O público acompanhou a cerimônia pelo canal da Justiça Federal de Minas Gerais no YouTube.





Instalação da Unidade Avançada de Atendimento em Curvelo

09/12/2020

As Unidades Avançadas de Atendimento ou UAAs são modalidades autônomas de unidades judiciárias descentralizadas e pontos de inclusão digital que tem por finalidade garantir o acesso à Justiça Federal dos jurisdicionados residentes em localidades ou municípios onde não existem sede da Justiça Federal, com competência para processar e julgar as novas ações intentadas após a sua instalação que tramitem pelos procedimentos comuns ou do juizado.

A Unidade Avançada de Atendimento - UAA no município de Curvelo/MG, vinculada à Subseção Judiciária de Sete Lagoas, atendendo os jurisdicionados residentes e domiciliados no município de Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça, Corinto, Santo Hipólito, Presidente Juscelino, Três Marias, Morada Nova de Minas e Biquinhas.



LINHA DO TEMPO – 2021

Inauguração do Iluminas

No dia 19 de março, foi inaugurado o iluMinas – Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Minas Gerais (JFMG). O evento foi realizado em formato virtual, por meio da plataforma Teams, e transmitido ao vivo pelo canal da Justiça Federal no YouTube.

Na inauguração, a diretora do Foro, Dra. Vânia Cardoso André de Moraes fez homenagem a duas mulheres que, segundo ela, estão presentes no iluMinas. “A primeira é a juíza federal da 3ª Região, Luciana Ortiz, que criou o primeiro laboratório de inovação do Judiciário Federal, e a segunda é a servidora Jacqueline Braga Pelucci. Eu pensei no laboratório e ela o criou.”



Começa atendimento online através do balcão virtual

No dia 22 de março de 2021 iniciou o atendimento online no Balcão Virtual, cujo acesso deverá ser realizado exclusivamente em dias úteis, das 13 às 19 horas, sendo organizado por meio de fila virtual, sem necessidade de agendamento. O acesso ao Balcão Virtual é feito através de um link disponível na página inicial do portal da JFMG, em “Atendimento e Agendamento”. O Balcão Virtual, é mais uma alternativa de atendimento à distância criada para reduzir os custos indiretos do processo e evitar os desnecessários deslocamentos físicos às sedes dos fóruns e está regulamentado pela Portaria SJMG 419/21.



Selo Estratégia em Ação 2019/2020

26/04/2021

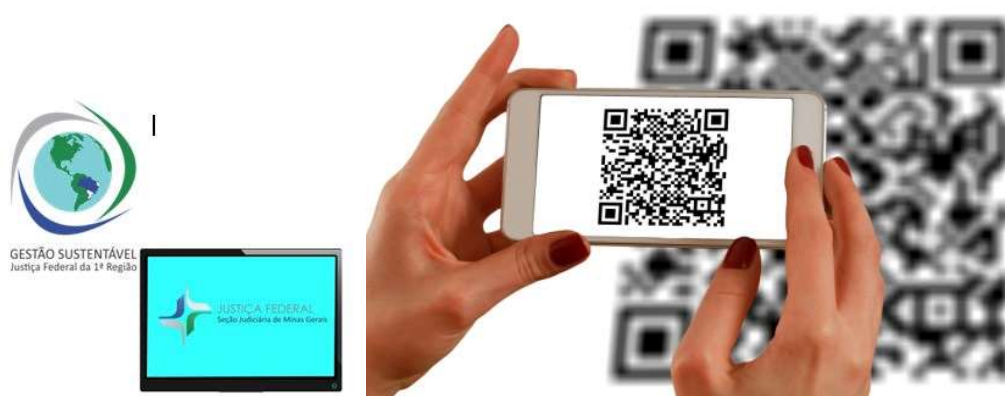
A Seção Judiciária de Minas Gerais ganha o Ouro e tem unidades certificadas em todas as categorias. O selo é uma certificação instituída pelo Tribunal Regional Federal, por meio da [Portaria Presi n. 348](#), de 25 de outubro de 2016 que contempla as unidades que mais se destacaram no cumprimento das metas, a cada exercício



A TV Corporativa da JFMG já está no ar!

04/06/2021

Notícias e avisos institucionais agora tem um novo meio de comunicação: a TV Corporativa. A ferramenta está alinhada à política de inovação da Justiça Federal mineira. A nova ferramenta terá conteúdos exclusivos, como vídeos e entrevistas. A plataforma priorizará informações relevantes de interesse dos públicos interno e externo, com a possibilidade de ter acesso ao conteúdo completo usando o QR Code.



Implantada a Política de Justiça Restaurativa no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio da Resolução Presi 18, de 24 de maio de 2021, disciplinou e implantou a Política de Justiça Restaurativa no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

O TRF 1, ao implantar a Justiça Restaurativa, pretende, entre outras finalidades, reduzir a taxa de encarceramento mediante o emprego restrito da privação de liberdade, na forma da lei; aplicar o princípio da presunção de inocência e a valorização da liberdade e fomentar mecanismos horizontalizados e autocompositivos, a partir de soluções participativas e ajustadas às realidades das partes. A Resolução institui, também, o Núcleo de Justiça Restaurativa (Nujures), vinculado ao Sistema de Conciliação da 1ª Região (SISTCON).



Presidente do Congresso Rodrigo Pacheco visita Justiça Federal de Minas Gerais

No dia 7 de junho, a sede da Justiça Federal de Minas Gerais recebeu a visita do Presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (Democratas – MG).

A Diretora do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, recebeu o parlamentar no espaço do iluMinas - Laboratório de Inovação da JFMG. A visita de cortesia foi acompanhada pelo Presidente da AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil), juiz federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes; e pelos juizes federais Mário de Paula Franco Junior, André Prado de Vasconcelos (respectivamente, o Presidente e o Vice-Presidente da AJUFEMG - Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais), Grigório Carlos dos Santos e Ivanir César Ireno Junior.



Inclusão Digital na JFMG: criado o balcão virtual de atendimento do Juizado Especial Federal de Minas Gerais

01/09/2021

A Justiça Federal de Minas Gerais deu mais um passo no projeto de inclusão digital da instituição com a criação do Balcão Virtual da Atendimento dos Juizados Especiais Federais de Minas Gerais. O balcão, que já existe para as demais varas, será expandido para o setor de atendimento de todo estado.

O balcão foi desenvolvido durante a realização de uma oficina no iluMinas (Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de Minas Gerais), como um desdobramento do projeto de inclusão digital. Como parte da ação, serão disponibilizados computadores na capital e nas subseções judiciárias de Minas Gerais para que o jurisdicionado, com o auxílio de um servidor, possa fazer sua atermação on-line.



Juíza Federal da 14ª Vara Federal de Minas Gerais, em ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal, em favor do Povo Indígena Krenak, condena a União, a FUNAI e o Estado de Minas Gerais por violações aos direitos humanos e crimes cometidos contra os Krenak, respaldados em políticas públicas e instituições estatais criadas especificamente para essa finalidade, durante o período da ditadura militar no Brasil

No dia 13 de setembro, a juíza da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, Anna Cristina Rocha Gonçalves, proferiu sentença na qual foi acolhido parcialmente o pedido do Ministério Público Federal, na ação civil pública cível nº 0064483-95.2015.4.01.3800, condenando a UNIÃO, a FUNAI e o ESTADO DE MINAS GERAIS por diversas violações dos direitos dos povos indígenas Krenak, durante o funcionamento do Reformatório Agrícola Indígena Krenak, instalado no Município de Resplendor/MG, pela criação e atuação da GRIN (Guarda Rural Indígena), ambos no ano de 1969, sucedidos pelo confinamento dos índios na Fazenda Guarani, em Carmésia/MG, em 1972.



Lei que cria Tribunal Regional Federal da 6ª Região é sancionada Novo tribunal de segunda instância terá jurisdição em Minas Gerais

O presidente Jair Bolsonaro sancionou dia 20 de outubro a lei de criação do Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, com jurisdição em Minas Gerais. Com isso, o estado deixa de compor o TRF da 1ª Região, composto pelo Distrito Federal e 12 estados do Norte e do Centro-Oeste. O projeto de lei de criação do novo tribunal federal de segunda instância foi aprovado pelo Senado Federal no último dia 22 de setembro e aguardava a sanção presidencial. A iniciativa de criação do TRF6 veio de uma proposta legislativa apresentada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o objetivo de acelerar a tramitação das ações. Mais de um terço (30%) dos processos que tramitavam no TRF1 eram oriundos de Minas Gerais.



CJF aprova proposta de normativo sobre organização administrativa do TRF 6

15/12/2021

O Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, durante a sessão ordinária de julgamento, a proposta de resolução que regulamentou a organização inicial do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), além de dispor sobre a reestruturação das unidades da Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG) localizadas em Belo Horizonte a implementação de medidas administrativas para o cumprimento da Lei n. 14.226/2021, que dispõe sobre a criação do TRF6.



Indígenas atingidos pelo desastre de Mariana serão indenizados em R\$ 392 milhões

22/12/2021

As famílias indígenas que foram atingidas pela tragédia ambiental da Samarco em Mariana receberão quase R\$ 400 milhões em indenizações. A Fundação Renova, criada para gerir as ações de reparação, fez acordos para a indenização de cerca de 1.650 famílias indígenas de Aracruz, no Norte do Espírito Santo.

O processo para atendimento de cerca de 1.290 famílias das terras indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II também está em andamento. As indenizações consideram três danos: **artesanato informal, agricultor informal e pescador informal**, a ser pago para cada família, seguindo os parâmetros do Sistema Indenizatório Simplificado.



Fred Loureiro/ Secom ES

Criada a Procuradoria Regional da República da 6ª Região, em Minas Gerais

Fonte: Agência Senado

04/01/2022

Após aprovação pelo Senado, foi sancionada com um veto e publicada no *Diário Oficial da União* desta terça-feira (4) a Lei 14.290, de 2022, que cria a Procuradoria Regional da República da 6ª Região, em Minas Gerais. Com sede em Belo Horizonte, a PPR-6 terá 18 cargos de procurador regional da República — frutos da transformação de 19 cargos —, a serem implantados por meio de redistribuição de cargos já existentes na estrutura do Ministério Público Federal (MPF).



Eleita nova Administração do TRF1 para o biênio 2022-2024

11/01/2022

Membros do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) elegeram os novos dirigentes que estarão à frente da gestão da Corte no biênio 2022-2024 a partir de abril. Foram eleitos para a Presidência do Tribunal o desembargador federal José Amilcar Machado; para a Vice-Presidência, a desembargadora federal Ângela Maria Catão Alves; e para a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região, a desembargadora federal Mônica Sifuentes. Formada por 18 desembargadores federais, o órgão julgador é composto pelos nove membros mais antigos (entre eles o presidente, o vice-presidente e o corregedor regional) e outros nove membros eleitos pelo Plenário.

Dentre as competências desta Corte estão o julgamento de crimes comuns e de responsabilidade dos juízes federais e membros do Ministério Público da União. Os integrantes também avaliam as revisões criminais e ações rescisórias dos próprios julgados, além de julgar mandados de segurança e habeas data impetrados para impugnar atos do Tribunal e dos desembargadores. Conflitos de competência entre relatores, turmas e seções do Tribunal também são submetidos à Corte Especial.



Resultado do Ranking da Transparência aponta TRF1 como primeiro colocado no segmento Justiça Federal

17/01/2022

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) alcançou o primeiro lugar no segmento Justiça Federal do Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com 88,41% da pontuação, sendo assim, o mais bem colocado entre os TRFs. Em relação ao Ranking de 2020, a Corte avançou 16 posições e ocupa atualmente o 60º lugar.

Instituído pela Resolução CNJ n. 215/2015, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário avalia anualmente o grau de informação que é disponibilizado à população. Os itens sob avaliação estão distribuídos em nove temas, com 83 perguntas que buscam identificar, por exemplo, se os órgãos do Judiciário publicam: os objetivos estratégicos, metas e indicadores; os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão; o calendário das sessões colegiadas; a ata das sessões dos órgãos colegiados; o campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão' na página inicial; informações sobre licitações e contratos, entre outros.



TRF1 recebe cumprimentos pelo Prêmio CNJ de Qualidade 2021 na Categoria Prata

17/01/2022

Por executar mais de 50% de metas e objetivos relacionados a eixos como governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) recebeu no final do ano o Selo Prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

A premiação, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Portaria 135 de 2021, direciona os tribunais brasileiros a incentivar a produção de dados e o aprimoramento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, promover a transparência e a melhoria na prestação de informações, estimular o desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, buscando o fortalecimento do sistema de justiça, fomentar o desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e a formulação das metas nacionais e contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.



Dia Internacional das Juízas celebra participação feminina plena e igualitária em todos os níveis do Judiciário

O dia 10 de março de 2022 inaugurou um novo momento que destaca o avanço da presença feminina nos espaços de poder: o primeiro Dia Internacional das Juízas. A data foi designada pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a 15ª Conferência Bianual da Associação Internacional de Mulheres Juízas realizada em março de 2021. A definição está em concordância com a Agenda 2030, um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas. Um dos focos é promover vida digna a todos.



Varas da Justiça Federal da 1ª Região já oferecem o procedimento do Juízo 100% digital

Desde o dia 21 de março, todas as varas da Justiça Federal da 1ª Região, exceto as de competência criminal, oferecem o procedimento 100% Digital como alternativa para agilizar o trâmite processual e facilitar o acesso ao Judiciário Federal. Ele permite a prática de atos por meios tecnológicos, inclusive audiências por videoconferência, intimações eletrônicas entre outros. A adoção do "Juízo 100% digital" depende da manifestação de vontade das partes e o funcionamento das varas federais, independentemente da opção, continua normalmente, inclusive de forma presencial, e sem alterar o andamento dos demais processos que tramitam pelos procedimentos comuns.



Sede da Justiça Federal em Sete Lagoas/MG recebe o nome do desembargador federal Mauro Leite Soares

06/04/2022

“Fórum Desembargador Federal Mauro Leite Soares” é o novo nome da sede da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG, atribuído em homenagem ao desembargador federal Mauro Leite Soares, que faleceu em junho de 2002. A cerimônia de aposição da placa com o novo nome ocorreu no dia 23 de março e foi conduzida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, marcando o último evento da agenda oficial do magistrado em Minas.



Posse dos novos dirigentes do TRF 1ª Região

Em sessão solene no dia 18 de abril, os desembargadores federais José Amilcar Machado, Ângela Catão Alves e Mônica Sifuentes tomaram posse como presidente, vice-presidente e corregedora regional da Justiça Federal da 1ª Região, respectivamente, para o biênio 2022-2024.



CJF aprova a Política de Comunicação Social da Justiça Federal

26/04/2022

De forma unânime, membros do Conselho da Justiça Federal (CJF), aprovou a proposta de resolução que institui a Política de Comunicação Social da Justiça Federal, bem como o Manual de Comunicação do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O normativo tem como objetivo estabelecer diretrizes e nortear as ações de comunicação institucional da Justiça Federal, conferindo integridade, uniformidade e eficácia à comunicação dos órgãos.

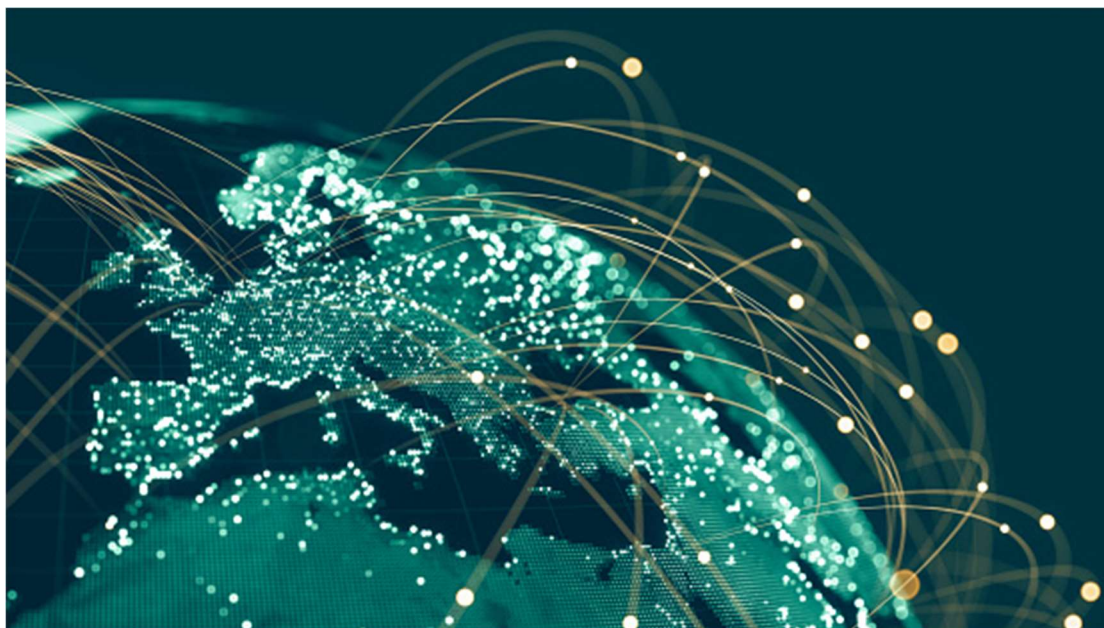


12 - Criação Rede de Pesquisas Judiciárias

06/06/2022

Aperfeiçoar as políticas judiciárias com fundamento na produção de dados e informações científicas sobre os serviços judiciários prestados é a finalidade da Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ), criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 462/2022,

De acordo com a Resolução aprovada, por unanimidade, na Sessão Plenária do Conselho a Rede de Pesquisas Judiciárias foi coordenada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho e estabelece mecanismos de colaboração, comunicação e divulgação dos estudos e diagnósticos entre os grupos de pesquisas judiciárias dos tribunais. Para isso, a Rede realiza encontros periódicos com a finalidade de promover a troca de experiências e divulgação dos trabalhos realizados.



Iniciativa do TRF1 é reconhecida como Boa Prática do Poder Judiciário pelo CNJ.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) foi o primeiro órgão do Judiciário brasileiro a realizar uma sessão de julgamento 100% remota e um dos primeiros a fornecer atendimento ao cidadão de forma digital por meio de agendamento, Balcão virtual e Chatbot - Assistente virtual. Agora, essa iniciativa de oferecer “Serviços digitais no atendimento ao cidadão” foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como uma boa prática do Poder Judiciário, e integra o banco do órgão desde o último dia 16 de agosto.

Os serviços digitais do TRF1 - A prática “Serviços digitais no atendimento ao cidadão” cria um canal único de atendimento utilizando inteligência artificial com capacidade de conduzir a formas de atendimento para suprir as necessidades das pessoas que procuram do Tribunal. O Robô de Atendimento por WhatsApp Jeffinho e o Descomplica INSS - Inversão de Fluxo de Processos e Automação de Cálculos de Acordos Previdenciários também são exemplos de iniciativas da 1ª Região reconhecidas pelo CNJ como contribuições para o aprimoramento da gestão e da prestação de serviços do Judiciário.